

A NOVA GAZETA RENANA: AS REVOLUÇÕES DE 1848 E A PERDA DAS ILUSÕES POLÍTICAS

THE NEW GAZETA RENANA: THE 1848 REVOLUTIONS AND THE LOSS OF POLITICAL ILLUSIONS

*Henrique Leão Coelho*¹

Resumo: O texto visa mostrar, a partir dos escritos de Marx de 1850 na *Nova Gazeta Renana*, a tese da ontonegatividade da política, isto é, a insuficiência do âmbito político para a consignação revolução social, sendo reiterada pelos importantes e divisores eventos históricos franceses de 1848-49 analisados pelo autor alemão. Com isso, Marx pretende colocar a claro como o momento clímax de 1848 consolidou a dominação burguesa por um lado, ao passo que fez emergir a perda de ilusões políticas da classe operária francesa com a república burguesa como meio cabal de sua emancipação.

Palavras-chave: revolução. política. emancipação. contrarrevolução.

Abstract: The text aims to show, from the writings of Marx of 1850 in *Nova Gazeta Renana*, the thesis of the ontonegativity of politics, that is, the insufficiency of the political scope for the consignment of social revolution, being reiterated by the important and divisive French historical events of 1848-49 analyzed by the German author. With this, Marx intends to clarify how the apex moment of 1848 consolidated the bourgeois domination on the one hand, while it brought about the loss of political illusions of the French working class with the bourgeois republic as the complete means of its emancipation.

Keywords: revolution; policy; emancipation; counterevolution

INTRODUÇÃO

Segundo a pena de J. Chasin (2009), as investidas marxianas dos anos de 1843/44, em destaque, *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel – Introdução, Sobre a Questão Judaica, Glosas Marginais ao artigo O rei da Prússia e a reforma social* e *Manuscritos econômico-filosóficos* conjuraram uma tripla crítica ontológica. Nessa pletora, a crítica à politicidade, um de seus veios, surge de maneira

¹ Sociólogo, Mestre e Doutorando em Estudos Organizacionais, Trabalho e Sociedade pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com bolsa CAPES. E-mail: rickcoelholda@hotmail.com. <https://orcid.org/0000-0003-3657-1414>

<https://doi.org/10.36311/1982-8004.2021.v14.n2.p9-34>



This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License.

reluzente, dado o politicismo ainda candente na designada esquerda, demonstrando o que ainda parece ser novidade, isto é, 1) que a politicidade não é inerente a todas as formas de ser sociais e 2) que a política é força social usurpada que deve ser derogada – não imediatamente - no íterim da revolução social, posta a reabsorção dessa força pelos produtores livremente associados emergidos na reconfiguração econômica radical para além da relação-capital e do complexo do estado. Nesse sentido, em lineamentos mais gerais, a política é concebida primigenamente por Marx como práxis que pressupõe a existência das classes, sendo, portanto, administração política dos conflitos dos proprietários privados. Mesmo tendo por mote a especificidade e maturação do estado moderno, da conquista do direito político, da consolidação da comunidade do cidadão e da possibilidade da conquista de direitos sociais, não se teria para Marx mais do que uma emancipação oblíqua, visto que o estado moderno, mesmo em sua feição mais acabada, permanece como vida genérica abstrata acossada pela efetividade adstringente da vida burguesa, vida genérica concreta, em suas várias particularidades, pressuposta pelo estado que expressa suas várias contradições e antagonismos.

Nesse texto, demonstraremos que a tese da ontonegatividade da politicidade permanece na obra marxiana, sendo comprovada em textos de Marx de maior particularização, de maior concreção, quais sejam, aqueles da *Nova Gazeta Renana*, onde o autor, em insigne intensificação ontológica, escava as objetividades francesa e alemã, principalmente, clarificando os limites da consignação política republicana. Neste caso, vamos demonstrar como a revolução de fevereiro e o massacre da revolução de junho de 1848 na França escancarou os limites abstrativantes da libertação política burguesa, evidenciando essa conquista tática relativa como arregimentação concomitante de um cativo contra as exigências mais autênticas e emancipatórias dos trabalhadores. Nesse sentido, uma revolução cativa da “alma política” só pode vir à luz “à custa da sociedade”.

a alma política de uma revolução consiste na tendência das classes sem influência política de eliminar seu isolamento em relação ao sistema estatal e ao governo. Sua perspectiva é a do Estado, a de um todo abstrato, que somente ganha existência pelo isolamento em relação à vida real, que é impensável sem a contraposição organizada entre ideia universal e existência individual do ser humano. Consequentemente uma revolução de alma política também organiza, em conformidade com a natureza *restrita* e contraditória dessa alma, um círculo dominante na sociedade, à custa da sociedade (MARX, 2010, p. 51).

MARX E A NOVA GAZETA RENANA

Marx retornou à Paris em março de 1848 depois de rescindida sua determinação de expulsão. Tendo em exercício o Governo Provisório francês, Marx foi convidado ao retorno, por onde começou a dar conta da revolução de fevereiro *in loco*. Sua posição primeira expressava a incipiência da revolução de fevereiro e a abertura de uma

possibilidade mais generosa e estratégica, qual seja, o enfrentamento direto e descarado entre burguesia e proletariado. Dessa forma, o filósofo renano emitiu comandos para que os trabalhadores alemães (junto aos poloneses) não executassem tarefa adicional (já em planejamento), isto é, um evento revolucionário espelhado ao francês em território alemão (STEDMAN, 2018). Marx reiterava a junção das forças na França para um embate mais decisivo e radical, sendo, entretanto, frustrado pelos ocorridos em Viena e Berlim em março (STEDMAN, 2018).

As primeiras “vitórias” emendaram conquistas imediatas, desde a derrubada de governos às inflexões reformistas de caráter liberal. Marx, decorridos os eventos na Alemanha, se deslocará para colônia por treze meses, de abril de 1848 a maio de 1849, data onde outra ordem de expulsão cairá sobre o filósofo alemão. Já em Frankfurt, o autor de *O Capital* perdurou mais alguns dias, isto é, até junho, donde seguiu de retorno à cidade de Paris. Sua chegada a Paris data de 3 de junho de 1849, ficando na cidade até 24 de agosto, devido a outra renitente ordem de expulsão, que levará o autor para Londres (STEDMAN, 2018). Há de se destacar, que nesse entremeio, a Liga dos Comunistas foi dissolvida e ressurgida (STEDMAN, 2018). Dissolvida por Marx em junho de 1848 em decorrência de se fazer desnecessária, segundo o curso dos acontecimentos, uma liga secreta, mas renascida em fins do processo revolucionário, atrelada à sua perenidade em território inglês.

A *Nova Gazeta Renana*, erigida em território alemão, teve seu primeiro exemplar em primeiro de junho de 1848, em Colônia. Com a retirada para Londres, Marx tentou preservar o jornal e sua ação política. Tratava-se, em todo caso, de manter ativo o “partido” respaldado por Marx e outros autores, isto é, uma posição diante das lutas sociais concretas, dos desdobramentos revolucionários e contrarrevolucionários, das possibilidades e necessidades efetivadas pelas lutas operárias. O jornal se reefetivou em território inglês, entre maio e novembro de 1850, aos duros trancos financeiros de sua manutenção. Posteriormente, Engels publicou *As lutas de classe na França*, contendo textos da revista *Nova Gazeta Renana* de 1850, ou seja, datados da estadia final de Karl Marx, a inglesa.

Desde o seu lançamento em 1o de junho, o *Neue Rheinische Zeitung* estava decidido a fazer a situação política ultrapassar a fase constitucional liberal da Revolução o mais rápido possível. Isso era feito em primeiro lugar ridicularizando as atividades da Assembleia prussiana e do Parlamento de Frankfurt, e em segundo lugar ressaltando, quase diariamente, a suposta ameaça de contrarrevolução. A Assembleia de Frankfurt foi atacada no primeiro número do jornal por não ter declarado a soberania do povo alemão. De acordo com Engels, deveria também ter rascunhado uma Constituição “e a eliminação, por parte do regime existente na Alemanha, de tudo que contradissesse o princípio da soberania do povo” Só o *Neue Rheinische Zeitung* — apesar de se dizer “Órgão da Democracia” — estava preparado para comemorar a insurreição como um triunfo dos trabalhadores. Em seu ensaio “A Revolução de Junho”, de 28

de junho, Karl afirmou que “os trabalhadores de Paris” tinham sido “esmagados” por uma força superior, “mas não foram subjugados”. Esse “triunfo da força bruta” tinha sido “comprado” com “a destruição de todas as ilusões e desilusões da Revolução de Fevereiro”. A “fraternidade” proclamada em fevereiro tinha encontrado “sua expressão verdadeira, não adulterada e prosaica na guerra civil, e civil em seu aspecto mais terrível, a guerra do trabalho contra o capital”. A Revolução de Fevereiro tinha sido “a bela revolução, a revolução das simpatias universais”. A Revolução de Junho foi “a revolução feia” porque “as frases cederam lugar à realidade, porque a república tinha descoberto a cabeça do monstro [capital] derrubando a coroa que a protegia e escondia”. Essa foi a primeira “revolução” desde 1789 a atacar o “domínio de classe” e a “ordem burguesa” (...) Em maio, três números foram publicados, depois nada mais, até o último número duplo em novembro. As vendas eram fracas, e os colaboradores, poucos. Alguma ideia das frustrações em torno do projeto foi dada numa carta de Jenny para Weydemeyer em maio de 1850. Ela suplicava por dinheiro, qualquer dinheiro proveniente das vendas da Revue: “Estamos morrendo de necessidade dele”. Jenny repreendeu amigos em Colônia por não ajudarem em troca de todos os sacrifícios feitos por Karl pelo “Rh.Ztg.”. O projeto terminou com Karl disposto a processar o editor e continuar produzindo a Revue a partir de Colônia ou da Suíça. Mais uma vez, nada disso se concretizou. (STEDMAN, 2018, p. 285).

Ademais, é preciso demonstrar a posição do Jornal e da Revista *Nova Gazeta Renana* tomando em conta o complexo econômico como momento preponderante no novelo das determinações recíprocas entre as várias esferas sociais, ganho teórico já traçado por Marx que o afastava de qualquer hipóstase da esfera política e seus conflitos:

A demanda pela revista era baixa, entre outras razões devido ao tratamento beligerante dado aos democratas. Em grandes setores da Alemanha, democratas e comunistas eram raros, e eles não viam razão alguma para não continuarem colaborando entre si. Um exemplo particularmente mal escolhido foi o ataque sarcástico de Karl ao discurso de Gottfried Kinkel perante um tribunal militar em Rastatt. Kinkel era um herói democrata que tinha lutado em Baden sob as ordens de Willich, e seu julgamento foi seguido pelo público com grande simpatia. Mais positiva foi a atenção que a Revue dedicou ao desenvolvimento econômico global. O folheto escrito em 15 de dezembro de 1849 declarava que a Revue ofereceria “uma investigação abrangente e científica das condições econômicas que servem de alicerce para todo o movimento político”. No último número, foi apresentada uma justificativa para o afastamento da Revue da política revolucionária da Liga Comunista. Depois de examinar a tendência econômica ascendente, que vinha ocorrendo desde 1848, a revista declarava: Com esta prosperidade geral, na qual as forças produtivas da sociedade burguesa se desenvolvem de maneira tão exuberante quanto possível dentro das relações burguesas, não se pode falar em revolução real. Essa revolução só é possível nos períodos em que estes dois fatores, as forças produtivas modernas e as formas burguesas de produção, entram em choque umas com as outras. [...] Uma nova revolução só é possível em consequência de uma nova crise. Ela é, porém, tão certa quanto essa crise. (STEDMAN, 2018, p. 324).

Segundo Cotrim (2007), os textos da *Nova Gazeta Renana* significam o conjunto principal da ação política marxiana na altura de revoluções tão decisivas. A importância não se limita só ao registro histórico, que fizesse de Marx um exímio documentarista, embora a riqueza histórica se preserve em sua obra. Trata-se também de perceber, em termos de concreção, uma apreensão decisiva sobre o momento político, sua natureza, seu limite, sua expressão particular nas lutas concretas, transcendendo o faro jornalístico e o nuance historiográfico em sentido estrito. Trata-se, também e articuladamente, de atualizar a problemática da divisão social do trabalho, da renovação e estabelecimento explícito de uma luta de classes, que se configura não só como ímpeto subjetivo de um grupo contra outro, mas como maturação de uma nova configuração social.

Conforme Cotrim (2007), Marx se debruçou em três vezes seminais sobre as concreções dos movimentos políticos. Em todos eles, analisando a expressão da luta de classe na esfera política, alinhavando limites e aberturas deste terreno específico. Em 1844, averiguando o caso dos Tecelões da Silésia, nas *Glosas de 44*, o autor debruçou-se acerca da revolução política como mediação subsumida (ato político dissolutor) à revolução social. Esclareceu, em momento de alto vigor crítico, a tarefa negativa da práxis social política no processo revolucionário, alocando na revolução social a verdadeira recomposição do “mundo os homens”. Em 1871, em *A guerra civil na França*, o autor se dobrou ao evento mais importante do século, isto é, a comuna de Paris e a realização possível de uma transição socialista, logo desmantelada pelo artilheiro conservador-reacionário. O caso no qual estamos imantando nossa atenção agora, diz respeito às revoluções e contrarrevoluções que a partir de 1848 jorraram no território europeu (caráter expansivo, não nacional meramente).

As insurreições de junho na França alargaram o caráter da revolução, fazendo valer a “ótica do trabalho” como inflexão. Isso remete ao importante traçado marxiano de 44, onde o autor referia que terminada a tarefa mediadora no terreno da politicidade, a alma social revolucionária poderia aparecer. Em suma, trata-se de ter como horizonte que a revolução social quando encampa, se despoja, necessariamente, de seu “invólucro político”. A revolução proletária contra a burguesia é uma revolução contra a “velha sociedade”, e não apenas o pulso reversor do poder político. Isto reforça que Marx escapa da ontopositividade da política, forcejamento teórico tradicional que remonta à política como traço inerente do ser social, portanto, insuperável (CHASIN, 2012).

Trasladando o esoterismo da Liga para um jornal de debates abertos, Marx posicionou-se, como Engels o faria mais tarde, favorável à extinção da Liga dos Comunistas em favor de uma propaganda e deliberação massiva e popular do curso dos acontecimentos. Tratou de avaliar os instrumentos de classe em decorrência da processualidade social, dando o senso das proporções a cada prática de acordo com sua inserção na totalidade dos fatos. Nesse sentido, repara-se lineamento incisivo, qual seja, que os instrumentos

devem adequar-se ao decurso das lutas da classe (COTRIM, 2007) e não o contrário. A proposta, à época de Colônia, era atingir a massa dos operários alemães, albergando um discurso de radicalidade democrática, esposado por cima de uma base científica já angariada, sem contemporizar com os engodos e equívocos objetivos e subjetivos do processo revolucionário (COTRIM, 2007). Edificar insumo ideativo que anatomize e escancare os vincos do processo revolucionário tendo o campo de possibilidades efetivas, o econômico, como âmbito basilar dos concatenamentos reais.

A revolução de junho, na França, foi o centro de uma reviravolta. A “alma” desta revolução expressou o antagonismo entre burguesia e proletariado de forma aberta demonstrando o desvanecimento da ótica progressista da classe que personifica o capital (COTRIM, 2007). Precipitou (e revelou) o esgotamento da época heroica da sociabilidade burguesa, que entronava nova relação de dominação, metamorfose e metástase da divisão social do trabalho, renovação da injunção de classe como centro atordoante da vida social. O percurso societário, aquecido e renovado com a revolução 1789, aclarava seus limites emancipadores, tendo na emancipação política, o resultado máximo e abstrato de uma libertação oblíqua, relativa, mas assentada na sociedade civil burguesa, antro da regência da propriedade privada e do capital que solapa, dessa vez, qualquer laço romântico em seu exercício.

A contradição aparece de maneira desanuviada: eis o mote francês de 1848 (COTRIM, 2007). Ou seja, a subsunção da empreitada de junho à violência sangrenta consignou não apenas uma derrota aparente, mas o fulcro da explicitação das posições de classe, sem refrações ou máscaras. Esse foi o grande ganho arrolado pela luta, que desde de sua imediaticidade poderia transparecer pura perda e irreparável derrota histórica (COTRIM, 2007). Dissipados, mistificações e engodos, Marx referiu-se ao fato de que a relevância histórica foi, mesmo, uma espécie de perda, isto é, a perda das ilusões quanto ao cenário histórico-social configurado. Se trata, em suma, de um processo que levou à desmistificação da política, à luta tendo como centro problemático a exploração do trabalho, evidenciando que a configuração social burguesa consolidada não extirpava a “escravidão” de classes.

O monstro cuja cabeça a república desnudara, e que se constituía no efetivo inimigo da classe trabalhadora, era o capital e sua persona, a burguesia, na pessoa dos proprietários do capital diretamente contrapostos ao trabalho na sociedade civil, e na de seus representantes políticos, intelectuais e jornalísticos. A república evidenciou a cisão da nação francesa em duas: a do capital e a do trabalho, obrigando a que essa divisão se manifestasse em todos os âmbitos da sociedade. Assim, “o despotismo burguês, muito longe de ter sido vencido pela revolução de fevereiro foi consumado” com a queda da coroa, que o encobria “e o domínio do capital emergiu de modo puro”. (COTRIM, 2007, p. 45).

Em seu traçado mais geral, consta revelar que o excerto sobredito sintetiza a parametrização dos prismas revolucionários, quer dizer, a improbidade de uma revolução radical para o horizonte burguês, os limites da revolução (e emancipação) política como estágio máximo da fase heroica e ascendente da sociabilidade burguesa em sua entificação clássica, o que remete por sua vez à diferença específica da *via prussiana* de entificação do capitalismo da qual Marx também é sagaz analista nessa época conflituosa. De toda forma, a ótica do trabalho e da revolução social, ou mesmo, a emancipação humana, não ganham entificação a não ser pela destruição do último assentamento da pré-história humana, a forma avançada classista da relação entre trabalho alienado e propriedade privada, isto é, a relação-capital.

O livro *As Lutas de classe na França*, aglutinado por Engels em 1895, agrupa 3 artigos escritos na *Nova Gazeta Renana* de 1850, com o título, à época, *1848 a 1849*, assomados de um último texto publicado também no mesmo ano (1850) na *Revue – Mai bis Oktober 1850, A revogação do sufrágio universal em 1850*. Segundo Engels (2012), em prefácio ao livro, Marx encetou nestes textos uma análise do tempo histórico tendo por central o momento econômico, derrogando qualquer politicismo adstringente à reta concreção. Ademais, saiu de asseverações mais gerais como as do recente *Manifesto Comunista*. Quanto a isso, vemos claramente o procedimento de Marx, já que não se poderia, dado o feitio dessa conspeção marxiana, executar uma análise com tino de autonomia absoluta dos problemas políticos e ideológicos de uma época, e principalmente, sem adotar a república como máxima racionalidade e universalidade humanas. Em suma, filosófica e cientificamente, Marx apreende o movimento do concreto permeado pelos vincos ontológicos mais essenciais, caminhando analiticamente de um feitio mais abstrato ao mais concreto, isto é, das abstrações razoáveis à concreção das categorias concretamente existentes, à delimitação da peculiaridade das articulações de uma realidade efetiva escavada.

Quando Marx empreendeu essa obra, a referida fonte de erros ainda era muito mais inevitável. Era pura e simplesmente impossível, durante o período revolucionário de 1848-1849, acompanhar as transformações econômicas que se efetuavam simultaneamente ou até manter uma visão geral delas. O mesmo se deu durante os primeiros meses do exílio em Londres, no outono e inverno de 1849-1850. Porém, foi justamente nesse período que Marx começou o trabalho. E, apesar dessas circunstâncias desfavoráveis, o conhecimento preciso que ele tinha tanto da situação econômica da França anterior à Revolução de Fevereiro quanto da história política desse país a partir desse evento permitiu-lhe apresentar uma descrição dos acontecimentos que revela o seu nexos interior de modo até hoje não igualado e que, mais tarde, passou com brilhantismo na prova a que o próprio Marx a submeteu. (ENGELS, 2012, p. 11).

Ainda, de acordo com o próprio Friedrich Engels, a luta de caráter verdadeiramente proletário ocorria apenas na Inglaterra e na França. Em outros termos, configuração manifesta que sinalizava para o grau baixo de maturação da objetividade da própria morfologia capitalista na extensão do continente europeu. Uma objetivação mais límpida, acabada e destacada das classes seria um revolvimento necessário para a desembocadura revolucionária no continente, aspecto que o autor alemão só percebeu quase quatro décadas depois. Isso levou o autor a confirmar que os acontecimentos da época jogaram a “massa para um lado e para o outro”, oscilando entre as visões universalistas promissoras e o desespero, a desorientação. Não obstante, o antagonismo entre a classe burguesa ascendente e a classe proletária nascente e caudatária dava mostras candentes de seu exercício multifacetado, material e ideologicamente, na sociedade burguesa em desdobramento. Engels (2012, p. 16), em suma, chega à constatação de que o ímpeto proletário em 1848 não poderia passar de um “ataque de surpresa”, isto é, uma investida bastante espontânea e sem o teor crítico-prático mais avançado possível, configuração que foi plataforma para um revés político subsequente.

Uma burguesia dividida em duas seções dinástico-monarquistas, mas que exigia antes de tudo tranquilidade e segurança para fazer seus negócios financeiros, contraposto a ela um proletariado vencido, mas ainda ameaçador, em torno do qual se agrupava um número cada vez maior de pequeno-burgueses e camponeses – a constante ameaça de uma irrupção violenta, que em vista de tudo isso não oferecia nenhuma perspectiva de solução definitiva: essa era a situação que se apresentava como que por encomenda para o golpe de Estado do terceiro pretendente, do pretendente pseudodemocrático Luís Bonaparte. Valendo-se do exército, ele pôs fim à tensa situação no dia 2 de dezembro de 1851 e assegurou à Europa a tranquilidade interna para agraciá-la, em troca disso, com uma nova era de guerras. O período das revoluções vindas de baixo estava por ora concluído; seguiu-se um período de revoluções vindas de cima. (ENGELS, 2012, p.16).

OS LIAMES DA DECADÊNCIA IDEOLÓGICA BURGUESA: A PERDA DAS ILUSÕES POLÍTICAS

Marx (2012) inicia os textos travejando o paroxismo já sobredito. A grande vitória da revolução, sob a ótica dos trabalhadores, se cristalizou na configuração de uma perda, de uma divisão decisiva; trata-se da apreensão, pelo operariado francês nascente, do antagonismo entre a posição proletária e a posição burguesa que no decurso da luta se mostrou um bastião inamovível. O autor alemão acena de forma brilhante: o banqueiro Latiffé, nos idos da revolução de julho de 1830, ao ver as garantias do processo que se iniciou em 27 de julho e terminou em 29 do mesmo mês, exclamou que “de agora em diante reinarão os banqueiros”. A partir desse processo, fazendo jus à desembocadura histórica, Marx assevera acerca do domínio da aristocracia financeira, ao lado da burguesia do carvão e do ferro, das ferrovias, além de alguma gama de latifundiários. Nesse sentido, o autor alemão descreveu como “os cargos públicos”, como mediação específica de um

terreno extraeconômico, cedeu às vontades dessas frações burguesas, comandadas pela burguesia financeira, dando azo à uma disputa intracapitalistas.

A burguesia industrial propriamente dita compunha uma parte da oposição oficial, isto é, ela só estava minoritariamente representada na Câmara. Sua oposição despontava de modo tanto mais resoluto quanto mais claramente se desenvolvia a tirania da aristocracia financeira e quanto mais ela própria imaginava assegurado seu domínio sobre a classe operária após as revoltas de 1832, 1834 e 1839, que foram afogadas em sangue. (...) A pequena burguesia em todos os seus matizes, assim como a classe camponesa, havia sido totalmente excluída do poder político. Por fim, na oposição oficial ou inteiramente fora do *pays légal* [círculo das pessoas com direito a voto], estavam os representantes ideológicos e porta-vozes das classes mencionadas, seus literatos, advogados, médicos etc., em suma, suas assim chamadas capacidades. (MARX, 2012, p. 29).

Para esclarecer de modo mais concreto a relação entre Estado e aristocracia financeira, Marx (2012) demonstrou já nos idos dessa primeira metade do século 19, como o déficit do Estado, seu endividamento crescente, aparecia como joia de ouro para os cofres dos banqueiros. A relação de parasitismo, extração crescente dos recursos do Estado, entronava a sucção, a draga renitente ocasionada pelo exercício setorial dessa burguesia não-produtiva, a aristocracia financeira. O que se vê, decerto, é que essa facção em sua peculiaridade existencial jamais performou papel heroico (sendo desdobramento das classes senhoriais feudais), dissolutor das artimanhas da dominação arcaica, ou mesmo, engendradora dos “sonhos universalistas”. Marx (2012) citará que esse regime benéfico à “burguesia financeira” trará sob seus auspícios um aumento vertiginoso dos gastos do Estado implicando inclusive em “propina, fraudes, e toda espécie de patifarias”, uma vez que também, a dinâmica simbiótico-parasitária levará a uma “relação entre administradores individuais e empresários individuais”.

O endividamento do Estado era, muito antes, do interesse direto da facção burguesa que governava e legislava por meio das câmaras. Pois o déficit público constituía o objeto propriamente dito da sua especulação e a fonte de seu enriquecimento. No fim de cada ano, um novo déficit. Decorridos de quatro a cinco anos, um novo empréstimo. E cada novo empréstimo proporcionava à aristocracia financeira uma nova oportunidade de dar o calote no Estado artificialmente mantido no limiar da bancarrota – sendo obrigado a contrair a dívida com os banqueiros nas condições mais desfavoráveis para ele. Cada novo empréstimo tomado proporcionava uma segunda oportunidade de saquear o público que havia investido seus capitais em papéis do Estado, o que era feito mediante operações na bolsa, em cujos mistérios o governo e a maioria da câmara eram iniciados. De modo geral, o comportamento oscilante do crédito estatal e a posse dos segredos de Estado propiciavam aos banqueiros, assim como aos seus afiliados nas câmaras e no trono, a possibilidade de provocar oscilações extraordinárias e repentinas na cotação dos papéis do Estado, que necessariamente tinham como resultado a ruína de uma massa de capitalistas menores e o enriquecimento rápido e fabuloso dos grandes atores. (MARX, 2012, p. 30).

Uma oposição intracapitalista, como supracitado, aparece de maneira rigorosamente central nesse debate. O autor de Trier revela o domínio suntuoso da “bancocracia” sob o exercício hegemônico dos estratos ideológicos, direcionando grandemente a eloquência e o sentido legislativo, dando escopo e ordenação ao aparato de imprensa, vincando grande parte da chamada “opinião pública” às tergiversações do interesse financeiro. Além das “oscilações extraordinárias e repentinas” para ruir capitalistas menores e fornecer ganhos fabulosos aos “grandes atores”. Ou seja, trata-se a rigor do descortino do poder de uma burguesia alheia à inflexão industrial e produtiva, alheia à produção da riqueza material, vampiresca dos meios de produção e de subsistência já produzidos, da malha e plethora de trabalhos humanos já objetivados, renegadora de qualquer intuito plásmico de enriquecimento genérico. Forma de ser que Marx descreverá como “crapulosa, devassa”, e mais, em elevado tom crítico, “renascimento do lumpemproletariado nas camadas mais altas da sociedade burguesa”.

A monarquia de julho nada mais foi que uma companhia de ações destinada à exploração do tesouro nacional da França, cujos dividendos eram distribuídos entre os ministros, as câmaras, 240 mil eleitores e seus acólitos. Luís Filipe era o diretor dessa companhia – era Robert Macaire sentado no trono. Comércio, indústria, agricultura, navegação e os interesses dos burgueses industriais estavam forçosamente ameaçados e prejudicados sob esse sistema. “Governo em oferta”, “gouvernement à bon marché”, foi escrito nas bandeiras das jornadas de julho. (...) Enquanto a aristocracia financeira ditava as leis, conduzia a administração do Estado, dispunha sobre o conjunto dos poderes públicos organizados, controlava a opinião pública por meio dos fatos e por meio da imprensa, repetiu-se em todas as esferas, da corte até o Café Borgnea, a mesma prostituição, a mesma fraude despudorada, a mesma ânsia de enriquecer não pela produção, mas pela escamoteação da riqueza alheia já existente, prorrompeu especialmente entre as lideranças da sociedade burguesa a validação irrefreável das cobiças doentias e dissolutas, que a cada instante colidiam com as próprias leis burguesas. Nessa situação, a riqueza resultante desse jogo, por sua própria natureza, busca sua satisfação, a fruição se torna crapuleuse [crapulosa, devassa], dinheiro, sujeira e sangue confluem. A aristocracia financeira, tanto no modo de obter seus ganhos quanto no modo de desfrutar deles, nada mais é que o renascimento do lumpemproletariado nas camadas mais altas da sociedade burguesa. (MARX, 2012, p. 31).

Dois eventos socio-econômicos formaram o tino dilacerante e beligerante dos processos contínuos de insatisfação com o império da aristocracia financeira. Os acontecimentos demonstravam o abismo configurado pela situação estrutural e conjuntural. De um lado a seiva social, os recursos públicos sendo extraviados pelo comboio de “propinas, fraudes e todo tipo de patifarias” entre administradores do Estado e a aristocracia financeira, enquanto, de outro lado, a luta selvagem pela sobrevivência, pela nutrição mais básica, pela reprodução material em seu seio mais orgânico. Ainda, a devastação do comércio e da indústria contribuíram na exacerbação

da crise econômica que atingiu grande parte do continente europeu, o que levou à falência de alguns bancos, como também ao recrudescimento da tirania de outros. Ainda, “A doença da batata inglesa e as quebras de safra de 1845 e 1846 aumentaram a intensidade da efervescência entre o povo”, pois “A carestia de 1847 provocou conflitos sangrentos, tanto na França quanto no resto do continente”. Nessa tessitura, “Em Buzançais, revoltosos famintos sendo executados, em Paris escrocs [escroques] empanturrados livrando-se dos tribunais com o apoio da família real!”. Além do mais, “O segundo grande evento econômico que acelerou a irrupção da revolução foi uma crise geral do comércio e da indústria na Inglaterra” que “anunciada já no outono de 1845 pela derrota maciça dos especuladores nas ações ferroviárias, adiada durante o ano de 1846 por uma série de pontos incidentais, como a revogação iminente da taxaço dos grãos, ela acabou estourando no outono de 1847” com “a bancarrota dos grandes comerciantes de mercadorias colonialistas de Londres, seguida de imediato pela falência dos bancos provinciais e pelo fechamento das fábricas nos distritos industriais ingleses.” (MARX, 2012, p. 32).

Os processos econômicos, em tino de elo tônico na pletora das determinações recíprocas, conduziram aos protestos da burguesia oposicionista. Em prol desse processo, no terreno econômico, buscou-se derrubar o “ministério da bolsa”, isto é, desviar o timão de controle do estado da visada bancário-dominante, da dominação de uma seção da burguesia que submetia ao mesmo tempo não só a massa da população ao estado de fome, como também subordinava as outras frações burguesas ao óbices de linhagem econômica e política. Não bastasse o processo instado, a ruína dos pequenos comerciantes se efetivou depois que os grandes comerciantes e industriais foram forçados, pela falência, a construir aqueles estabelecimentos (établissements) que entraram em competição com os pequenos e decretaram sua extinção quase imediata (MARX, 2012).

A revolução de fevereiro de 1848 na França organizou-se dessa argamassa brevemente levantada. A primazia da burguesia financeira fincada às crises continentais da indústria e do comércio, de fonte inglesa primordialmente, além do mais, no plano das consequências, a destruição subsequente da pequena burguesia, o desmoronamento da burguesia produtiva e a epidemia de fome de grande parte das massas camponesas e operárias. A revolução de fevereiro consagrou-se não só devido às pressões de uma “reforma política”, tensão já arrastada há anos em vista da disputa intracapitalista, mas também em meio à passividade da guarda nacional no confronto com o “povo” que, de modo menos planejado e articulado que o devido, instalou um governo provisório (MARX, 2012).

Vimos, entretanto, pelas injunções iniciais que a objetivação do governo provisório conclamou classes distintas, pelo momento conjuntural, entretanto cedeu

ao compasso de suas diferenças, de suas formas de ser antagônicas, de sua unidade no bojo de um antagonismo insuperável por mecanismos intrínsecos à morfologia capitalista. Do fraseologismo utópico ao consenso burguês produtivo, anteriormente insatisfeito, a estratificação do novo governo provisório, com minoria operária, erigiu um renovado enquistado à questão social mais atinente ao proletariado, qual seja, sua verdadeira emancipação da precariedade da fome, e de modo mais amplo, da interdição de sua humanização. O ímpeto revolucionário desse momento – de feitio político – trocava de mãos o timão do Estado, sobre a plataforma de revolvimentos econômicos apenas parciais, isto é, sem perfurar o espectro burguês.

O governo provisório, erigido sobre as barricadas de fevereiro, necessariamente refletiu em sua composição os diversos partidos entre os quais se dividiu a vitória. Ele nada podia ser além de um compromisso entre as muitas classes que haviam se unido para derrubar o trono de julho [1830]; seus interesses, no entanto, contrapunham-se hostilmente. A maioria desse governo era composta de representantes da burguesia. A pequena burguesia republicana era representada por Ledru-Rollin e Flocon, a burguesia republicana, pelo pessoal do National, a oposição dinástica, por Crémieux, Dupont de l'Eure etc. A classe operária tinha apenas dois representantes, Louis Blanc e Albert. Por fim, Lamartine não representava nenhum interesse real, nenhuma classe determinada no governo provisório; ele era a própria Revolução de Fevereiro, a sublevação conjunta com suas ilusões, sua poesia, seu conteúdo imaginário e sua fraseologia. De resto, o porta-voz da Revolução de Fevereiro, tanto por seu posicionamento quanto por seus pontos de vista, fazia parte da burguesia. (MARX, 2012, p. 33).

Marx (2012) se refere que antes de proclamada a república, os ministérios já haviam sido divididos entre burgueses, alguns banqueiros, generais e advogados. A inflexão proletária, não obstante, não almejava transpor o poder do novo conjunto burguês dominante, mas extrair da revolução de fevereiro, uma “alma política”, isto é, o exercício conjunto ou paralelo do mesmo poder político em consonância com os interesses candentes também ao ímpeto burguês revolucionário. Estimando o intuito de participar efetivamente da revolução de caráter burguês “foi com essa mensagem que Raspail se dirigiu ao Hôtel de Ville: em nome do proletariado parisiense, ele ordenou ao governo provisório que proclamasse a república”, uma vez que “se essa ordem do povo não se cumprisse dentro de no máximo duas horas, ele retornaria à frente de 200 mil homens” (MARX, 2012, p. 34).

O filósofo renano não deixa de marcar que o veio central da revolução de fevereiro era de horizonte limitado, remontando ao ponto que nos interessa fulcralmente debulhar. A luta intracapitalistas pela dilapidação dos óbices ao seu exercício mais límpido e desimpedido, alvoreceu uma luta em conjunto com as outras classes, inclusive, aquela classe desprovida de qualquer coisa “a perder”, para usar a dicção marxiana. No entanto, no ínterim dos resultados de Fevereiro, os “grilhões” da classe operária não

foram rompidos, uma vez que a revolução proclamadora da república estava ausente e depauperada de sua crítica-prática mais ascendente consonante com as demandas últimas do proletariado.

A visada burguesa que instaurava uma república sobre as bases do sufrágio universal, apresentava aspectos revolucionário e universalista, o que conclamou os próprios trabalhadores ao mantra da “igualdade, liberdade e fraternidade”, isto é, conduziu a totalidade da luta ao falso significado de uma possível emancipação mais geral que as próprias necessidades objetivas, calcadas nos contornos e cerne da sociabilidade burguesa, impediriam. A conquista proletária, endossando aquilo já reiterado, abarcou, sobretudo, uma perda (MARX, 2012), que levou ao paroxismo, ao último ato da junção das lutas proletárias e burguesas, isto é, que demarcou ao mesmo tempo um traçado claro entre o viés ascendente, heróico e revolucionário da empreitada burguesa, seu tino republicano e sua luta contra outras frações dominantes, e os limites de uma revolução política que preservava as desigualdades de classe da sociedade civil-burguesa.

Ao ditar a república ao governo provisório e, por meio do governo provisório, a toda a França, o proletariado ocupou imediatamente o primeiro plano como partido autônomo, mas, ao mesmo tempo, desafiou toda a França burguesa a se unir contra ele. O que ele conquistou foi somente o terreno para travar a luta por sua emancipação revolucionária, mas de modo algum a própria emancipação. Antes disso, a primeira medida que a república de fevereiro teve de tomar foi consumir o domínio da burguesia, permitindo que todas as classes proprietárias ingressassem ao lado da aristocracia financeira na esfera do poder político. A maioria dos grandes proprietários de terras, os legitimistas, foi emancipada da nulidade política a que a monarquia de julho a havia condenado. Não foi por nada que a Gazette de France agitou junto com os jornais oposicionistas, não foi por nada que La Rochejaquelein tomou o partido da revolução na sessão da Câmara dos Deputados de 24 fevereiro. Mediante sufrágio universal, os proprietários nominais, que compõem a maioria dos franceses, os agricultores, foram instituídos como juízes sobre o destino da França. Por fim, a república de fevereiro fez com que a dominação dos burgueses aparecesse em sua forma pura, ao derrubar a coroa atrás da qual se escondia o capital. (MARX, 2012, p. 34).

Na dicção do próprio Marx (2012), os trabalhadores conquistaram tanto a monarquia burguesa na revolução de julho de 1830 quanto reavieram a república burguesa na revolução de fevereiro de 1848. Tal processo implicou no advento cada vez mais soberano da burguesia, em suas frações conflitantes, mas subentendendo a edificação, por ora, ascendente, de um mundo possível de novas conquistas sociais. O sufrágio universal mesmo aparece como um aspecto concreto dessa conquista nada desprezível. No entanto, segundo a concreção marxiana, a classe trabalhadora, pela sua própria configuração objetiva, só pôde caminhar a reboque desse processo, mesmo quando sua incidência e investida junto à burguesia tenha sido de feitio fundamental

para o desdobrar das lutas. Vejamos, destarte, que as conquistas políticas não angariaram elementos desprezíveis, mas tampouco resolutivos:

Marche, um operário, ditou o decreto em que o governo provisório recém-constituído se comprometia a assegurar a existência dos trabalhadores mediante trabalho, a providenciar emprego para todos os cidadãos etc. E quando, poucos dias depois, ele esqueceu seu compromisso, parecendo tê-lo perdido de vista, uma massa de 20 mil trabalhadores marchou até o Hôtel de Ville bradando: “Organização do trabalho! Criação de um ministério próprio do trabalho!”. De modo relutante e após longos debates, o governo provisório nomeou uma comissão especial permanente, encarregada de descobrir os meios para o melhoramento das classes trabalhadoras! Essa comissão foi composta de delegados das guildas dos artesãos de Paris e presidida por Louis Blanc e Albert. (MARX, 2012, p. 35).

Marx (2012) destaca, entretanto, que as conquistas só ganharam feitiço contingencial. Isso se entificou até de forma espacial uma vez que Blanc e Albert ficaram confinados ao palácio de Luxemburgo, distantes da sede do governo provisório, onde o funcionamento dos ministérios reorganizava a manutenção e regulação do cosmos burguês tendo em conta sua lógica específica, suas possibilidades e necessidades imanentes ao esteio da múltipla burguesia que agora encampava na administração do Estado. Em suma, Marx (2012) definiu que o operariado, dessa feita, não possuía “diferentemente de qualquer poder estatal profano, eles não dispunham de nenhum orçamento, de nenhum poder executivo. Esperava-se que eles derrubassem as colunas de sustentação da sociedade burguesa a cabeçadas” e de maneira ainda mais dilacerante e demonstrativa do esquadrinhamento da decadência do revolvimento burguês: “Enquanto o Luxemburgo buscava a pedra filosofal, no Hôtel de Ville se cunhava a moeda corrente” (MARX, 2012, p. 35).

Os trabalhadores, peça fundamental das revoluções, ficaram a cargo da “existência nebulosa de Luxemburgo”. Depauperados de horizontes, sem condições práticas de supressão de sua miséria material e espiritual, sem destaque na práxis social política, que emoldurava as lacunas do abstrato universalismo burguês e cedia transparência às circunscrições transicionais da ascendência-decadência da sociabilidade burguesa. Em suma, refulgia o frontispício expositivo do máximo avanço burguês possível, isto é, como nos importa demarcar, seu limiar intransponível, donde qualquer passo a mais constituiria um reclame pelo impossível.

Os trabalhadores haviam feito a Revolução de Fevereiro junto com a burguesia, mas procuraram impor seus interesses ao lado da burguesia, assim como haviam instalado, no próprio governo provisório, um trabalhador ao lado da maioria burguesa. Organização do trabalho! Sim, mas o trabalho assalariado é a organização burguesa já existente do trabalho. Sem ela, não há capital, não há burguesia, não há sociedade burguesa. Um ministério próprio do trabalho! Sim, mas os ministérios das

finanças, do comércio e dos serviços públicos já não são os ministérios burgueses do trabalho? E, posto ao lado destes, um ministério do trabalho proletário só poderia ser um ministério da impotência, um ministério dos desejos piedosos, uma comissão do Luxemburgo. Assim como os trabalhadores acreditavam poder se emancipar paralelamente à burguesia, eles acharam que podiam realizar a revolução proletária à parte das demais nações burguesas. (MARX, 2012, p. 35).

A tessitura do texto marxiano é radical, vai à raiz da configuração dos complexos sociais articulados. Marx (2012) rasga os assentimentos contingenciais: “Organização do trabalho! Sim, mas o trabalho assalariado é a organização burguesa já existente do trabalho”. O autor alemão defenestra, destarte, as investidas ainda incautas, que buscavam sorver no ideário burguês um governo em consonância que gerasse frutos ao dúplice interesse burguês-proletário. Mas, vem a constar, pela própria dobradura da realidade, que esses interesses não são apenas dúplices, são antagônicos. Trata-se, em última instância, de uma irreversibilidade, aquela de que a aglutinação das diferentes classes para a revolução não pode mais ter andamento e vivacidade. É dessa forma que Marx (2012), no brio próprio do estilo sarcástico e expositivo marxianos, dirá que “mas os ministérios das finanças, do comércio e dos serviços públicos já não são os ministérios burgueses do trabalho?”, isto é, a envergadura do Estado Moderno já edifica um complexo de complexos que é atinente ao momento econômico correspondente, a sociedade civil-burguesa. De outro modo, um “ministério do trabalho proletário” pode ser mais do que um “ministério dos desejos piedosos”? Quer dizer, uma comissão minoritária e atrofica que luta pela sobrevivência e até pelo bem-estar, ao mesmo tempo que que luta pelas condições próprias e objetivas de sua subsunção.

Ademais, cumpre dizer, no comboio dessa transição francesa entre a fase heroica e a fase decadente da sociabilidade burguesa, bastante explícita com os processos de 1848, que a maturação da objetividade é o pulso central da consciência e ação das classes. Como já elucubramos, a própria razão filosófica e científica só pode aparecer post festum, de modo que seria irrazoável esperar, por messianismo ou teleologismo histórico, que a classe operária automaticamente se colocasse sobre seus próprios pés e atinasse para o revolvimento do novo mundo e da nova morfologia da divisão social do trabalho. O processo, bastante mediado e meandrado, perpassa pelo que o próprio Marx alerta: “Assim como os trabalhadores acreditavam poder se emancipar paralelamente à burguesia, eles acharam que podiam realizar a revolução proletária à parte das demais nações burguesas”. Isto é, elabora a síntese de fragilidades que só podem ser entendidas na medida em que se entende que a maturação da classe operária e a posição ideológica de classe ainda careciam de desenvolvimento mais determinado e acabado, o que germinava paulatinamente nesse momento bastante importante e liminar.

Marx (2012) vai alertar para o fato de que a burguesia industrial francesa não era ainda dominante. Sua existência em Paris tinha algum vigor, enquanto sua existência no restante do território francês era “dispersa”. Essa difusão também condicionou as possibilidades ou não possibilidades do processo revolucionário já que o próprio proletariado não era volumoso e posicionalmente bem demarcado como vimos. É por isso que “A luta contra o capital em sua forma moderna e desenvolvida – ou seja, em seu aspecto principal, que é a luta do trabalhador industrial assalariado contra o burguês industrial – constituiu um fato parcial na França” (MARX, 2012, p.36). Deste modo, até fevereiro, a luta se eximiu da “luta contra o capital em sua forma moderna” e se evidenciou como “sublevação geral contra a aristocracia financeira”. Assim, o trabalhador abaixara a “bandeira vermelha diante da tricolor”.

Os trabalhadores franceses não puderam dar nenhum passo adiante, não puderam tocar em um cabelo sequer da ordem burguesa enquanto o curso da revolução não obrigou a massa da nação que se encontrava entre o proletariado e a burguesia, os agricultores e pequeno-burgueses, revoltados contra essa ordem, contra a dominação do capital, a se unirem aos proletários como sua linha de frente na batalha. Os trabalhadores só puderam obter essa vitória pagando o preço da derrota de junho (MARX, 2012, p. 37).

Traços marcantes da incipiência da decadência ideológica, do rebaixamento dos insumos ideativos burgueses, ficam claros a partir do sucesso da revolução de fevereiro. Nesse sentido, a própria esfera da política aparece como atividade humana pela qual os mantras da decadência burguesa passam a ser exercidos fundamentalmente, violando a inspeção (outrora, em relação ao poder político aristocrático) progressista da realidade. Remontamos, portanto, à determinação social do pensamento, ao movimento da totalidade social burguesa, à determinação reflexiva dos complexos sociais e à peculiaridade ontoprática da ideologia no momento em que as várias frações da burguesia consolidam sua dominação partilhada por meio da república:

na fraseologia hipócrita das facções burguesas até ali excluídas do domínio, o domínio da burguesia fora eliminado com a introdução da república. Naquela hora, todos os monarquistas se transformaram em republicanos e todos os milionários de Paris em trabalhadores. A fraseologia que correspondeu a essa eliminação imaginária das relações de classe foi a da fraternité, a confraternização e fraternidade universal. Uma abstração cômoda dos antagonismos de classe, uma nivelção sentimental dos interesses de classe contraditórios, uma exaltação delirante acima da luta de classes, a fraternité: essa foi a palavra-chave propriamente dita da Revolução de Fevereiro. (MARX, 2012, p. 37).

O próprio Lamartine – representante fraseológico da revolução de fevereiro, portanto, burguês-decadente - dirá que as classes estariam separadas por um infeliz

mal-entendido (“un gouvernement qui suspende ce malentendu terrible qui existe entre les différent classes”). De outro modo, o proletariado, incauto no devir das contradições sociais, por ora, apenas pôde, nesse curto espaço, referendar e reivindicar seu espaço no interim da república, a qual era vista como objeto social plasmado por ele próprio, o que não era plenamente irrazoável. A arbitrariedade e consolidação da dominação, inobstante, ficaram claras quando o próprio proletariado foi utilizado para a defesa inglória das conquistas da “fraternité”, isto é, a defesa militar da república e das propriedades, ao mesmo tempo em que o governo antecipava o pacote de medidas que afanava e acalentava novamente os credores bancários (MARX, 2012). O governo provisório, dessa feita, requeitava o jogo de forças da burguesia sem afastar um centímetro o espectro do capitalismo, quanto antes consolidando o alijamento dos trabalhadores.

O governo provisório visava despir a república de sua aparência antiburguesa. Em consequência, ela teve de forçosamente garantir sobretudo o valor de troca dessa nova forma de Estado, garantir a sua cotação na bolsa. Restabelecida a cotação da república na bolsa, necessariamente voltou a crescer a oferta de crédito privado. Para eliminar até mesmo a suspeita de que não quisesse ou não pudesse honrar os compromissos assumidos da monarquia, para conferir credibilidade à moral burguesa e à solvência da república, o governo provisório recorreu a uma bravata tão indigna quanto infantil. Antes do prazo legal para o pagamento, ele pagou aos credores do Estado os juros sobre os 5%, 4,5% e 4% [das obrigações]. O aplomb burguês, a autoconfiança dos capitalistas, despertou subitamente quando se deram conta da pressa angustiada com que se tentava comprar sua confiança. (MARX, 2012, p. 39).

Arcando com a manutenção do poder da burguesia bancária, ao mesmo tempo que fez ascender a burguesia industrial e a aristocracia fundiária, o governo provisório francês ratificou seu espectro de classe jogando sobre a maioria da população francesa, os camponeses, uma alta carga de impostos que garantisse alguma mínima (para não dizer falsa) legitimação da crescente dívida do Estado. O imposto dos “45 cêntimos” centralizou na massa camponesa os custos da revolução de fevereiro (MARX, 2012). Como na própria letra marxiana, se tornou “desanuviada” a dimensão de classe do Estado que, no ímpeto de suas diretrizes e políticas, reconhecia a sociabilidade como sociedade burguesa por excelência ao mesmo tempo que dava respostas contraditórias ao interesses da classe trabalhadora: a emancipação “paralela” obstinada pela classe operária desmoronou de seus frágeis arrimos.

E nós vimos por que a república de fevereiro realmente não era nem podia ser nada além de uma república burguesa, mas também vimos que o governo provisório fora obrigado, sob a pressão direta do proletariado, a proclamá-la como uma república com instituições sociais, vimos que o proletariado parisiense ainda não foi capaz de ir além da república burguesa, a não ser em sua ideia, em sua imaginação, vimos que ele, em toda parte, esteve a serviço dela quando se tratava de agir efetivamente, vimos que

as promessas que lhe foram feitas se transformaram em perigo intolerável para a nova república, que todo o processo vital do governo provisório se resumiu em uma luta constante contra as reivindicações do proletariado. (MARX, 2012, p.45)

O sonho universalista ceifado concretizou seu cancelamento quando em junho se espargiu e se derrotou a empreitada autenticamente proletária. Dessa feita, a república burguesa estava realmente talhada. Os conflitos arrolados desde maio na assembleia nacional levaram os líderes proletários à prisão; todo regimento e argumento burguês se fortificou, tonificando a divisão intransponível da revolução burguesa. Até os “ajuntamentos populares” foram proibidos (MARX, 2012). Os ateliês nacionais (medida para combater o desemprego) vinham sendo atacados com um conjunto de medidas, expulsões, salário por produtividade, observando toda precarização possível, além da obrigação de alistamento/expulsão para solteiros (medida tomada no dia 21 de junho). No dia 22 de junho de 1848, os trabalhadores só podiam ter uma resposta: “uma insurreição gigantesca” pela “destruição da ordem burguesa”. A insurreição, heroicamente, dadas as condições de desarmamento e desorganização, conseguiu imprimir terror ao exército e à guarda nacional (MARX, 2012). A contrapartida veio em tons perversos: “o massacre de mais de três mil prisioneiros”. A luta social ganhou sua verdadeira inflexão na medida mesma em que a sociabilidade burguesa em seu viés decadente, classista e manipulatório mostrou sua verdadeira face. A “revolução feia” emprestou o máximo clarão desta processualidade do ser social. O ato de derrubada da ordem burguesa não foi consumado. Sua confirmação carecia de outros elementos teóricos e práticos.

Um outro detalhe do texto de Marx (2012) nos obriga ao debate da oscilação presente na ação política das classes de transição. Vejamos:

Quando o proletariado fez do seu túmulo o berço da república burguesa, obrigou-a simultaneamente a vir à frente em sua forma pura, ou seja, como o Estado cujo propósito confesso é eternizar o domínio do capital, a escravidão do trabalho. Tendo constantemente diante dos olhos o inimigo coberto de cicatrizes, irreconciliável, invencível – invencível porque sua existência é a condição da sua própria vida –, o domínio burguês livre de todas as amarras teve de converter-se imediatamente em terrorismo burguês. Com o proletariado momentaneamente afastado do cenário e a ditadura burguesa oficialmente reconhecida, os estratos intermediários da sociedade burguesa, a pequena burguesia e a classe camponesa tiveram de aderir mais e mais ao proletariado, e isso na mesma proporção em que sua situação se tornava insuportável e seu antagonismo contra a burguesia se exacerbava. Assim como anteriormente haviam identificado a razão de sua miséria na ascensão do proletariado, agora tiveram de encontrá-la na derrota deste. (MARX, 2012, p. 48)

A objetivação da república burguesa, mesmo entificando figura não autocrática, bonapartista, fulgura a lógica específica da “ditadura” do capital sobre o trabalho, isto é, remete ao “terrorismo burguês”. Nesse sentido, não apenas as classes de transição sofreram com o devir francês, tendendo a se posicionar agora favoráveis à luta dos operários, mas também, os povos em luta por independência nacional puderam efetivar seu escopo de subtrair o domínio exterior francês na medida em que a França voltava seus olhos para luta interna (MARX, 2012). A derrota de junho, mais uma vez, ganhou o alvorecer da renitência do domínio da propriedade privada sobre o trabalho alienado e o desmanche das ilusões com a política.

Como se pôs claro, “O dia 25 de fevereiro de 1848 havia outorgado a república à França, o dia 25 de junho lhe impôs a revolução” (MARX, 2012, p. 51). Ademais, demonstrando a verve transformativa decisiva dos processos sociais “depois desse junho, revolução passou a significar convulsão da sociedade burguesa, ao passo que antes daquele fevereiro havia significado convulsão da forma de Estado” (MARX, 2012, p.51), ou seja, o operariado influiu a revolução à engendramento para além da disputa do estado, da verve da “alma política”. Em grande medida, a própria pequena-burguesia, insidiosa em articulação com a burguesia em fevereiro, e crítica mordaz do proletariado no entremeio do processo, teve que se dispor juntamente com o proletariado dados os revolvimentos desse junho. Este processo, em que pese a concreção como particularização de cada caso, marca também alguns aspectos da configuração da luta de classes na sociedade burguesa, quando o solo das contradições já vige explicitamente. A destruição dos insurgentes de junho, segundo Marx, constitui a “destruição de inimigos”, expressão que a própria assembleia constituinte republicano-burguesa tratou de emoldurar.

A configuração da decadência burguesa, que outrora afirmamos, se confirma até mesmo no ardil em que as punições foram tomando. As práxis do Estado republicano acabado, extrusando sua face manipulatória e violenta, ao mesmo tempo que administrativa e regulatória, estabeleceram que:

O primeiro ato da Assembleia Nacional Constituinte foi a instalação de uma Comissão de Inquérito a respeito dos eventos do mês de junho e do dia 15 de maio e a respeito da participação dos chefes de partido socialistas e democráticos nessas datas. O inquérito foi diretamente dirigido contra Louis Blanc, Ledru-Rollin e Caussidière. Os republicanos da burguesia ardiam de impaciência para se livrar desses rivais. E não poderiam ter confiado a execução de seu rancor a ninguém mais apropriado do que ao sr. Odilon Barrot, o ex-chefe da oposição dinástica, o liberalismo corporificado, a nullité grave [a nulidade de peso], a superficialidade profunda, que não tinha só uma dinastia a vingar, mas também uma conta a cobrar dos revolucionários por uma gestão malograda como primeiro-ministro. Essa era a maior garantia de sua inexorabilidade. Esse Barrot foi portanto, nomeado presidente da Comissão de Inquérito e construiu um processo completo contra a Revolução de Fevereiro, que se resume da seguinte

maneira: 17 de março = manifestação; 16 de abril = complô; 15 de maio = atentado; 23 de junho = guerra civil! Por que ele não estendeu as suas investigações eruditas e criminalísticas até o 24 de fevereiro? (MARX, 2012, p. 53).

A burguesia francesa se impôs pela limpeza de suas marcas e cicatrizes revolucionárias, isto é, houve história, e a houve de maneira revolucionária, mas não há mais, e toda essa verossímil processualidade deve ser varrida para debaixo do tapete. Nesse sentido, os aspectos ideológicos, no cumprimento de sua função ontológica na reprodução da sociabilidade, executaram a tarefa mendaz de esfumaçar e manipular os novos e encadeamentos da propulsão burguesa, a natureza de seu parto, o desfecho de seu golpe, seu ourives revolucionário. A vertigem da decadência se completou na proibição dos direitos de associação, na exclusão de impostos sobre o capital, na revogação da lei que limitava o trabalho a dez horas diárias, na chancela da prisão devido a endividamento (o que ocasionou, dessa feita, a bancarrota e ameaça aos pequeno-burgueses). Contraditoriamente, todo este processo reconfigurou os poderes da designada “aristocracia financeira”. A classe proletária começava a engendrar, ao menos como virtualidade e potência, uma libertação mais universal das cadeias explorativas do capital e à própria pequena-burguesia proprietária ruía o mundo como se vê na passagem seguinte:

Salvem a propriedade! Porém, a casa em que moravam não era sua propriedade; a loja de que cuidavam não era sua propriedade; as mercadorias que comerciavam não eram sua propriedade. Nem o seu negócio, nem os pratos onde comiam, nem a cama em que dormiam lhes pertenciam mais. Era deles que essas propriedades deveriam ser salvas: em favor do proprietário da casa que a havia alugado, do banqueiro que havia descontado a promissória, do capitalista que havia adiantado o dinheiro, do fabricante que havia confiado as mercadorias a esses lojistas, do grande comerciante que havia fornecido as matérias-primas a crédito a esses profissionais. Restaurem o crédito! Porém, o crédito que havia recobrado forças provou ser um deus vivo e ávido ao expulsar o devedor inadimplente de suas quatro paredes junto com mulher e filhos, ao entregar seus aparentes pertences ao capital e ao jogar a ele próprio na torre dos devedores, que voltara a ser erigida ameaçadoramente em cima dos cadáveres dos insurgentes de junho. (MARX, 2012, p. 54)

Endossando o paradeiro da decadência, Marx (2012) retrata como a constituição advinda dos processos da derrota de junho reitera o domínio mais claro da grande burguesia aliançada, esvaziando qualquer possibilidade de monta favorável à emancipação do trabalho. Os designados “direitos do trabalho” foram igualmente atacados pela máquina destrutiva burguesa que apossada de máximo poder no decurso da história, fruía da fragilidade momentânea do “inimigo” abalado ao qual restou apenas um “direito à assistência”, isto é, a sobrevivência precária da classe desfeitivada de sua

humanização. Mesmo com a manutenção (temporária) do sufrágio universal, a forma democrática não encetava algo que não a dominação burguesa. O limite da emancipação política engendrava o limite da desembocadura burguesa atinente à segurança do capitalismo, que já continha em si alguns gérmenes de luta social controladas no terreno político. Trata-se, de outra maneira, de dosar o poder proletário, envergando-o a poder aparente, vigiado, formal e inócuo. Na letra marxiana, “Eles esperavam degradar o poder político das massas populares a um poder aparente” para com isso “jogar com esse poder aparente o suficiente para suspender permanentemente sobre a cabeça da maioria da burguesia o dilema das jornadas de junho: reino do National ou reino da anarquia” (MARX, 2012, p. 58). O poder aparente do proletariado aportava uma função no jogo manipulatório, aquele de dar vigas ao simulacro de uma disputa simétrica entre o reino do National (jornal da grande burguesia industrial e comercial dominante) e o reino da anarquia, e assim, conceder o carimbo de anárquico e perigoso às exageradas e autênticas demandas trabalhadoras pela composição de seu cosmos humanizatório.

A burguesia industrial francesa, dessa feita, aglomerou-se na bandeira revolucionária até que a força proletária demonstrasse sua “automotricidade histórica”. O “socialismo burguês”, democratismo que dá ao estado a tarefa de assistente social ao mesmo tempo que grande catalisador da indústria, emerge como diapasão limítrofe em que a burguesia faz iludir o operariado, como uma síntese confusa de interesses, como o foi na revolução de fevereiro. Trata-se de substituir o rigor da análise, a dureza dos fatos da divisão social do trabalho, a inexorabilidade da revolução para reconfiguração social, por uma pauta obnubiladora que “suprime a luta de classes revolucionária com suas exigências, fantasiando pequenas proezas ou grandes sentimentalismos” (MARX, 2012, p. 102).

Marx (2012) demonstra, em excerto de alto valor de síntese, o processo mais candente ao proletariado. Aquele que deve nutrir seu destino e interesse autêntico, porque é aquele que, nas suas variadas colocações e objetivações particulares, descende a recomposição do multiverso humano possibilitando configurar a “paidea” do novo homem omnilateralizado e de complexos sociais que não socio-reproduzam as mazelas dos estranhamentos burgueses em qualquer âmbito das relações societárias. De outra forma, Marx (2012) fala do “ponto de transição”, da “ditadura classista do proletariado”, isso é, do socialismo que alberga fase transicional ao comunismo propriamente dito, à revolução social que encampa a “abolição das relações de produção presentes e da totalidade de relações sociais que correspondem a essas relações de produção”. Uma “convulsão” que remete ao plasma do novo conjunto de complexos e esferas do ser social, que engene os objetos sociais em relações postas não estranhadas, e que destarte, possa conformar a subjetividade renovada, a constituição de individualidades multifacetadas em desenvolvimento de suas potencialidades, ou mesmo, uma “convulsão da totalidade das ideias”.

Esse socialismo é a declaração de permanência da revolução, a ditadura classista do proletariado como ponto de transição necessário para abolição de todas as diferenças de classe, para a abolição da totalidade das relações de produção em que estão baseadas, para a abolição da totalidade das relações sociais que correspondem a essas relações de produção, para a convulsão da totalidade das ideias, que se originam dessas relações sociais. (MARX, 2012, p. 102).

Há de se dizer também que a morfologia republicana do Estado burguês entifica estágio seminal para o amadurecimento das lutas político-sociais do proletariado, o que acarreta na elevação do conflito de classes até as peias do estado e da política sem que essa problemática se resolva decisivamente. Assim, “O domínio burguês como efluente e resultado do sufrágio universal, como ato declarado da vontade soberana do povo: esse é o sentido da Constituição burguesa” (MARX, 2012, p. 105). Isto é, o domínio burguês pela via direta democrática inclui a participação dos próprios explorados, que se aprisionada ao novelo estadista, restringe o nível da luta à circunscrição da emancipação política burguesa. Entretanto, já é evidente, as lutas táticas tem seu peso e remetem a possibilidades mais ou menos generosas para a ótica da emancipação segundo a via de entificação de cada capitalismo, porém, em todo caso, as lutas cativas do estatismo e do politicismo conjuram uma aposta títere do terreno do inimigo. Assim, “a partir do momento em que o teor desse sufrágio, dessa vontade soberana, não é mais a dominação dos burgueses, que sentido ainda teria a Constituição?” (MARX, 2012, p. 105). Os limites da politicidade, como esfera por onde se pode arrefecer e acirrar a luta de classe sem nunca ser uma via resolutiva, se postam de forma clara no casos da ofensiva burguesa contra os diminutos e importantes ganhos da classe trabalhadora, seja na forma de direitos, ou na forma de consciência que se reverbera na luta política. Destarte:

Não seria dever da burguesia regulamentar esse sufrágio de tal maneira que ele queira o que é razoável, isto é, a sua dominação? Ao rejeitar o sufrágio universal, com que se havia drapeado até ali e do qual extraíra a sua onipotência, a burguesia admitiu francamente isto: “Nossa ditadura subsistiu até agora pela vontade popular; de agora em diante, ela precisa ser consolidada contra a vontade popular”. E conseqüentemente ela busca apoio não mais na França, mas fora dela, no exterior, na invasão. (MARX, 2012, p. 105).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto, dessa feita, trouxe à baila a inflexão nodal do mundo burguês, demarcando sua feição decadente enquanto forma de ser social, o apanágio contrarrevolucionário da outrora burguesia heroica e revolucionária francesa, a imantação de uma ideologia conservadora-manipulatória como insumo social necessário e, nesse

diapasão, o esclarecimento, para os trabalhadores, do limite da politicidade e do estado republicano para a “emancipação humana” (MARX, 1989). Tratou-se, outrossim, de averiguar a estatura das ideologias burguesas aglutinadas à práxis política maximamente revolucionária nessa sociabilidade, isto é, ao engendramento da revolução de 1848 e da república como limites intransponíveis que impossibilitaram qualquer outro passo revolucionário para burguesia, ao contrário, que ativou a conservação de seu mundo consolidado. Em suma, seguindo o pleito dessa via clássica de entificação do capitalismo, demonstramos através da lavra marxiana como as lutas sociais operárias desta fase marcante (1848), sempre particularizadas, interagem e evidenciam a teoria marxiana quanto à ontonegatividade da política. Fica manifesto como o apanágio decadente e contrarrevolucionário burguês é apreendido em Marx, tendo em conta a diferença específica das particularidades dos distintos capitalisms, visto que no caso alemão, não tratado por esse texto, Marx demarcara já de longa data uma burguesia de genética contrarrevolucionária, portanto, capitalismo prenhe desde o mais incipiente do selo dadecadência, não afeito a sonhos universalistas.

Utilizamos parte importante da atividade teórica de Marx para debater o trânsito complexo e meandrado entre a sociabilidade ascendente burguesa e a respectiva estagnação de seu ímpeto heroico, ou seja, o perfazimento de uma sociabilidade decadente em que as vitórias no campo da política cravam, de outro lado, óbices intransponíveis: a república burguesa desvela ao operariado o problema subjacente e preponderante na sociedade civil, o antagonismo entre capital e trabalho. Pela ampla tessitura em jogo, poderia-se tratar de maneira extremamente mais exegética do tema, resgatando em detalhe os textos de 1843-49, porém, buscamos, sobretudo, demonstrar que a tese da fase inicial das críticas ontológicas (CHASIN, 2009) marxianas, desde o gabinete de *Kreuzenach*, permanecem vivas na sua obra, e mais, são comprovadas pela vivacidade da luta social em momento clímax de atuação das classes operárias contra a sociabilidade do capital. Nosso ponto central foi alinhar no texto marxiano, em época recortada pela sua relevância fática, portanto, elementos que indicavam, na altura dos acontecimentos transicionais, a virada decadente da vida social burguesa em edificação e o território da política como âmbito que não poderia transcender conquistas tático-defensivas, que embora não fossem desconsideráveis para Marx, não permitiam mais qualquer ilusão quanto ao aperfeiçoamento do estado burguês. Vejamos em Engels uma síntese do decurso ideológico subjacente ao nosso debate:

Foi essa a maior revolução progressista que a humanidade havia vivido até então, uma época que precisava de gigantes e, de fato, engendrou-os: gigantes em poder de pensamento, paixão, caráter, multilateralidade e sabedoria. Os homens que estabeleceram o moderno domínio da burguesia eram alguma coisa em quase nada limitados pelo espírito burguês. Muito pelo contrário, o caráter aventureiro dessa época neles se refletiu em certa dose. Não existia, então, quase nenhum homem de

certa importância que não tivesse feito extensas viagens; que não falasse quatro ou cinco idiomas; que não se projetasse em várias atividades. Leonardo da Vinci era não só um grande pintor, mas também um grande matemático, mecânico e engenheiro, a quem os mais variados ramos da física devem importantes realizações. Albert Dürer era pintor, gravador, escultor, arquiteto e, além disso, inventou um sistema de fortificações que continha várias das idéias, muito mais tarde assimiladas por Montalembert, das modernas fortalezas alemãs. Maquiavel era estadista, historiador, poeta e, ao mesmo tempo, o primeiro escritor militar digno de menção nos tempos modernos. Lutero não só limpou os estábulos de Áugias da Igreja, como também o do idioma alemão: criou a prosa alemã moderna e escreveu o texto e a melodia desse coral triunfal que foi a Marselhesa do século XVI. Os heróis dessa época não se achavam ainda escravizados à divisão do trabalho, cuja ação limitativa, tendente à unilateralidade, se verifica freqüentemente entre seus sucessores. Mas o que constituía sua principal característica era que quase todos participavam ativamente das lutas práticas de seu tempo, tomavam partido e lutavam, este por meio da palavra e da pena, aquele com a espada, muitos com ambas. Daí essa plenitude e força de caráter que fazia deles homens completos. Os sábios de gabinete são a exceção: ou eram pessoas de segunda ou terceira classe, ou prudentes filisteus que temiam queimar os dedos. (ENGELS, 1979, p. 16).

Com a plethora de esclarecimentos, se expõe como o próprio jogo político burguês democrático, mesmo na via clássica, passava a uma inflexão contrarrevolucionária e conservadora. Isto é, angariando manter determinados limites, evitando o consórcio anterior com o proletariado (levado a reboque), tornou-se necessário, até mesmo, obstar o aprofundamento das conquistas políticas tático-defensivas paulatinas pelo proletariado (e pela pequena-burguesia/camponeses, assim como a própria pequena-burguesia passa a ser acusada de *socialismo* quando exige pautas meramente liberais). As próprias facções do capital, eivadas do rejunte conservador, atuavam na peia mediadora do estado talhando a reprodução do capital em acordo com seus distintos, e por vezes, conflituosos, interesses, que no entanto, se apresentavam e se assomavam em unísono contra qualquer conquista política de arrefecimento explorativo e, principalmente, contra a efervescência de qualquer possibilidade revolucionária dos “de baixo” que pudesse inflétir pra além dos interesses do capital e suas frações. O ocaso da sociabilidade burguesa, portanto, derroga, sangrenta e definitivamente, aquilo que fora aurora revolucionária:

Já sabemos, hoje, que esse império da razão não era mais que o império idealizado pela burguesia; que a justiça eterna tomou corpo na justiça burguesa; que a igualdade se reduziu à igualdade burguesa em face da lei; que como um dos direitos mais essenciais do homem foi proclamada a propriedade burguesa; e que o Estado da razão, o “contrato social” de Rousseau, pisou e somente podia pisar o terreno da realidade, convertido na república democrática burguesa. Os grandes pensadores do século XVIII, como todos os seus Predecessores, não podiam romper as fronteiras que sua própria época lhes impunha.. (ENGELS, 2011, p. 32-33).

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, A. J. L. A crítica marxiana da questão do método. *Sapere Aude* vol. 6, n.º 11, pp. 31-68, 2015.
- ALVES, A. J. L. A questão do Satandpunkt na cientificidade marxiana: a querela do trabalho produtivo na economia política. *Revista Online Verinotio*, n.º 12, pp. 86-93, 2010.
- ALVES, A. J. L. J. Chasin e a descoberta do estatuto ontológico da obra de Marx. *Revista Online Verinotio*, n.º 9, pp. 63-72, 2008.
- CHASIN, J. A determinação ontonegativa da politicidade. *Revista Online Verinotio*, n.º 15, pp. 43-59, 2012.
- CHASIN, J. Da razão do mundo ao mundo sem razão. *Revista Online Verinotio*, n.º 23, vol. 1, pp.71-105, 2017.
- CHASIN, J. *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.
- CHASIN, J. *Método Dialético*. Maceió, s/d, (mimeo), 2011.
- CHASIN, J. Rota e prospectiva de um projeto marxista. *Revista Ad Hominem*. Tomo III: Política. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2001.
- CHASIN, J. *Superação do liberalismo*. Maceió, s/d, (mimeo), 1988.
- COTRIM, L. A arma da crítica: política e emancipação humana na Nova Gazeta Renana. IN: *Nova Gazeta Renana*. São Paulo: EDUC, 2010.
- ENGELS, F. *A dialética da natureza*. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1979
- ENGELS, F. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. Edipro: São Paulo, 2011.
- KONDER, L. *O que é dialética*. São Paulo, Brasiliense, 1998.
- LESSA, S. *Proletariado e sujeito revolucionário*. São Paulo, Instituto Lukács, 2012.
- LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K. *Crítica da filosofia do direito de Hegel — Introdução*. São Paulo, Boitempo, 2010.
- MARX, K. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo, Boitempo, 2010.
- MARX, K. *Lutas de Classes na Alemanha*. São Paulo: Boitempo, 2010
- MARX, K. *Lutas de Classes na França*. São Paulo: Boitempo, 2012
- MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MARX, K. *Sobre a questão judaica*. LusoPress, 1989.
- MESZÁROS, I. *Filosofia, ideologia e ciência social*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- PAÇO-CUNHA, E. O limite da politicidade para superação da desigualdade econômica. *Libertas*, vol. 2, n.º 11, p.1-19, 2011.
- STEDMAN, G. *Karl Marx, Grandeza e Ilusão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

Submetido em: 05/04/2021

Aceito em: 31/ 07/2021

